



**ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA PROF^a. THEREZINHA RUIZ**

PROJETO DE LEI Nº 175/ 2013

DISPÕE sobre a obrigatoriedade do Mediador Escolar nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação e dá outras providências.

Art.1º. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Mediador Escolar nas unidades de ensino da rede pública municipal de educação.

Parágrafo único. A função de Mediador Escolar será provida através de ato do Poder Executivo Municipal por meio de Decreto Lei e gradativamente através de planejamento estratégico, após a definição das unidades educacionais prioritárias.

Art. 2º A função de Mediador Escolar será desempenhada por integrante do Quadro do Magistério Municipal, com formação em pedagogia e ou especialização em psicopedagogia.

Parágrafo único. A remuneração da atividade excedente de que trata o *caput* observará aquela aplicável ao trabalho extraordinário, limitada a 20 e ou 40 horas-aula semanais.

Art. 3º A escolha do Mediador Escolar será feita anualmente pelo Conselho de Escola, entre os capacitados e interessados em desempenhar a função.



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ

Parágrafo único. O Conselho de Escola poderá reconduzir o mesmo Mediador Escolar para o período subsequente, mediante avaliação do comprometimento e desempenho na função.

Art. 4º O Mediador Escolar deverá desenvolver prioritariamente, com o apoio da Direção e do Conselho de Escola da unidade educacional, as seguintes atribuições:

I – ações que promovam a socialização e cidadania dos alunos com deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física e autistas devidamente matriculados na escola;

II – projetos que incentivem a integração social dos alunos e a convivência harmoniosa entre os diferentes, sem discriminação de cor, raça, credo, classe social, sexo ou opinião;

III – incentivo e acompanhamento da participação da família, procurando conhecer a realidade das famílias e ajudando a encontrar a melhor solução na educação dos alunos com deficiência;

IV – Participação na organização da Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis e outras entidades auxiliares da escola, visando garantir a inclusão escolar;

V – Favorecer a participação dos alunos em todos os espaços de convivência na unidade educacional, como quadras poliesportivas, pátio, sala de leitura, auditório, teatro e outros, desde que sejam espaços agradáveis e não comprometam a saúde e segurança dos alunos;

VI – Discussão semanal com o professor, educador físico, pedagogo e demais profissionais sobre a situação específica de cada aluno com deficiência



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ

objetivando um acompanhamento sistemático e eficaz do desenvolvimento desses alunos;

VII – identificar atos de preconceitos e/ou discriminação contra os alunos com deficiência e adotar medidas de conscientização, prevenção e combate a toda forma de “bullying” escolar, sempre em consonância com a coordenação pedagógica da unidade educacional;

VIII – orientação e acompanhamento dos alunos com deficiências nos passeios e ações educativas e culturais fora do ambiente escolar;

IX – participar junto à comunidade escolar de ações educativas que visem à promoção dos Direitos Humanos.

X- Fazer adaptações curriculares de acordo com a necessidade do aluno incluso na escola, além de mediar diretamente em sala de aula.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) fornecerá subsídios e orientação ao trabalho do Mediador Escolar.

Art. 5º As entidades públicas e privadas poderão contribuir com subsídios e recursos humanos e materiais para a execução acompanhamento e avaliação das ações do Mediador Escolar, através da celebração de acordos, convênios e parcerias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

Plenário Adriano Jorge,
Manaus, 07 de abril de 2013

PROF.^a THEREZINHA RUIZ
Vereadora – DEM



**ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ**

JUSTIFICATIVA

A atual estrutura e funcionamento das instituições de ensino tem se mostrado insuficientes para lidar com o desafio de educar crianças, adolescentes e jovens com deficiências que surgem com maior frequência nas escolas, que pela própria dificuldade apresenta inúmeras desculpas para não incluir esse grupo pertencente às minorias.

O maior desafio da educação pública está no preparo dos professores. Temos que pensar que esse educador precisa ter outras competências, diferente a que os educadores tinham há algumas décadas. O professor de hoje precisa ser mais interativo com a modernidade, acompanhar as tendências da própria educação, precisa seguir a evolução da sociedade e entender seus mecanismos.

Torna-se imprescindível a presença de um profissional que se encarregue da intermediação entre o professor e os conteúdos curriculares favorecendo o aprendizado dos alunos com dificuldades.

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola.



ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ

Devem ajudar com as atividades e trabalhos de adaptação individualizada, e apoiam as crianças na organização de rotina, nas Atividades Básicas da Vida Diária, na aprendizagem e aplicação de material de classe, entre outras coisas necessárias ao seu bom desempenho. Proporcionam aos alunos uma atenção individual, apresentando atividades prazerosas e adaptadas quando esses demonstram dificuldades com o conteúdo e metodologia propostos para toda a turma.

O mediador também atua em diferentes ambientes escolares, tais como a sala de aula, as dependências da escola, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico, mantendo o foco na inclusão escolar dos alunos com deficiência.

A escola pública esta despertando para as novas exigências da sociedade. Algumas ações têm melhorado e aperfeiçoado projetos que reconhecem as pessoas com deficiências como seres humanos capazes e com grande potencial de aprendizado.

O objetivo é que tenhamos uma escola inclusiva em que todos possam ter seus direitos respeitados e sejam reconhecidos como cidadãos com condições de interagir com o mundo e modificar a realidade que vive.

Nas ultimas décadas, os governos tem se esforçado para que essa inclusão das pessoas com deficiências seja mais expressiva, porém as iniciativas ainda são insuficientes.

O Município não pode ficar alheio ante tal realidade, devendo dar a sua contribuição através de órgãos e mecanismos que dispõe, juntando forças com as instituições não governamentais e a sociedade em geral.



**ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA THEREZINHA RUIZ**

Daí a relevância e importância do presente projeto, o qual, pela intenção que encerra e faz merecedor da atenção de todos, e da aprovação pelos meus Pares.

Plenário Adriano Jorge,
Manaus, 07 de abril de 2013

PROF.^a. THEREZINHA RUIZ
Vereadora – DEM